



LÍNGUA PORTUGUESA: ORALIDADE E ESCRITA

Edineide Santana Cardoso da Silva

Gilvan da Costa Santana

Eixo cognitivo **Estudos da linguagem**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a relação entre a escrita, o uso da linguagem coloquial e formal e a funcionalidade da língua; identificar a relevância dos gêneros textuais para o processo de leitura e escrita na escola, a fim de obter um ensino de Língua Portuguesa voltado para a realidade do aluno. Esta pesquisa foi realizada através de livros, revistas científicas, artigos e dissertações de uma Instituição de Ensino Superior que ajudaram a construir o conhecimento sobre a maneira adequada de abordar os conteúdos gramaticais, levando-se em consideração a função da gramática e como consequência o interesse do aluno pela disciplina. A escola tradicional ainda adota o uso da gramática normativa como mecanismo de aprendizagem, porém é admissível o estudo da gramática nos gêneros textuais aproximando a teoria à realidade do aluno.

RESUMO

This article aims to show the relationship between writing, the use of colloquial and formal language and functionality of the language; identify the relevance of textual genres in the process of reading and writing in school in order to get a teaching Portuguese facing the reality of the student. This research was conducted through books, journals, articles and dissertations from a Higher Education Institution who helped build the knowledge about the proper way to address the grammatical content, taking into account the role of grammar and as a result the interest student for discipline. The traditional school also adopts the use of normative grammar as a learning mechanism, but is admissible grammar study in textual genres approaching the theory to the reality of the student.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita, oralidade, língua.

INTRODUÇÃO

Na circunstância do atual ideário de educação que passa por rápidas e profundas transformações, os educadores têm sido provocados a pensar a sua prática de ensino como um processo que vai além da escolarização. Por isso, este texto aborda a Língua Portuguesa na oralidade e escrita dos alunos. Hoje, o conhecimento do uso adequado do Português na sua forma escrita ou oral torna-se fundamental para guiar os discentes a utilizarem a língua de forma apropriada e sendo capazes de manterem comunicação compreensível com os falantes da língua materna.

De acordo com Travaglia (2007), “[...] o ensino de teoria gramatical ou linguística não leva à formação de usuários competentes da língua, não faz bons produtores e compreendedores de textos [...]”. Para confirmar essa afirmação, algumas análises dos profissionais linguistas e gramáticos mostram a ineficiência dos estudantes em compreender o assunto curricular e produzir textos coerentes, coesos e expressivos, além das dificuldades nas resoluções de questões de provas e leitura. Esse aluno é aquele que passou pelo menos doze anos entre o ensino fundamental e médio. Dentro desse contexto, questiona-se: qual a relação entre linguagem culta, coloquial e a funcionalidade da Língua Portuguesa?

Como o uso dos gêneros textuais contribui para a construção do processo de leitura e escrita?

Em virtude dessas perguntas, este artigo tem como finalidade descrever a relação entre a escrita, o uso da linguagem coloquial, culta e a funcionalidade da língua. Além disso identificaremos a importância dos gêneros textuais para o processo de leitura e escrita na sala de aula. Pesquisar sobre esse tema justifica-se pela necessidade de entender eventuais desvios que possam estar privando os alunos de terem uma comunicação satisfatória e uma escrita com poucos desvios da norma culta. E, dessa forma, buscarmos recursos para fazer com que os meus alunos possam compreender a Língua Portuguesa, percebam a funcionalidade da gramática e sejam capazes usar tais conhecimentos quando for necessário. O interesse por esse assunto surgiu da curiosidade em esclarecer os segredos de uma boa escrita e oralidade, pois verificamos, nos estudos existentes, as dificuldades dos alunos em produzir textos.

Este texto tem importância social uma vez que se faz imprescindível discutir o ensino da Língua Portuguesa aliando teoria e prática, estimulando o uso de recursos diferenciados a fim de proporcionar ao aluno um interesse pela disciplina. Para tanto, os procedimentos metodológicos desta pesquisa basearam-se em fontes impressas como livros, revista científica, artigos e algumas dissertações de Instituição de Ensino Superior. Após a coleta de dados foi utilizado o fichamento usando as fontes para facilitar o desenvolvimento do artigo.

O ENSINO E A REALIDADE

De maneira geral, o ensino da Língua Portuguesa no Brasil orienta-se pela educação tradicional, aquela em que o professor segue os assuntos dispostos na gramática, conceitua os tópicos, afirma quais são suas regras e exceções, e quais devem ser seguidas, consideradas como obrigatórias pela sociedade tanto na escrita quanto na oralidade. contudo é necessário observar uma dualidade existente entre linguistas e gramáticos, cada um em defesa de sua ideia, conforme afirma Costa e Abreu (2006).

Os primeiros defendem que a língua é viva, mutável, e que seu ensino deveria refletir a realidade linguística vivida pelos brasileiros; os segundos defendem que para se aprender uma língua é necessário aprender o sistema de regras que a rege. (COSTA; ABREU, 2006, p.6)

Diante dessa dúvida do que se deve seguir está a problemática da escrita de textos, pois para uma escrita correta, segundo a gramática normativa, faz-se necessário o uso das regras gramaticais, porém surge a questão de ajustar a oralidade à escrita, já que falamos de uma maneira coloquial e nos é cobrado escrever com uma linguagem culta. De acordo com Perini (2009) existem duas línguas atuantes no Brasil: uma que se escreve e recebe o nome de português culto, esta é aprendida na escola e cobrada pela sociedade; e outra

que se fala – português brasileiro. Esta é a língua materna dos falantes brasileiros, usada naturalmente sem rebuscamientos linguísticos.

A comunicação dos falantes é facilitada pela evolução da língua, mas traz dificuldades em adaptá-la à escrita, pois a escrita é repleta de regras que quase sempre não condizem com a realidade dos alunos. Entretanto, essas regras devem ser ensinadas não somente as suas teorias, mas também o momento de serem utilizadas, limitando a norma culta à escrita, e respeitar a linguagem coloquial na oralidade. É através da fala que o homem se comunica de forma mais comum, e para ser aceito na sociedade precisa demonstrar conhecer a variedade padrão ou culta, ensinada na escola. Dessa forma, torna-se imprescindível ser aprendida por todos os falantes, com o intuito de acabar ou pelo menos reduzir a discriminação linguística, pensamento muito presente na salas de aula.

Segundo Britto (2004), “[...] a tradição do ensino da gramática da língua está fundada na crença de que quem domina a gramática da língua está preparado para expressar-se bem”. Essa afirmação se limita quando vemos que oralidade não se ampara em aspectos normativos e o aluno deve saber usar e distinguir a língua nas diversas manifestações em sociedade. Mas conhecer a norma gramatical dará ao aluno uma facilidade em redigir textos.

A escola como formadora do cidadão, através do professor, tem o dever de orientar seus alunos sobre a diferenciação entre a linguagem culta e coloquial para possibilitar aos mesmos o conhecimento sobre a funcionalidade da língua e as circunstâncias da utilização da norma culta. Percebemos, atualmente, que o ensino de Língua Portuguesa discrimina não reflete a realidade vivenciada pelos seus falantes, mas é necessário rever esse conceito pois

A escola tradicional tem transformado o estudo da língua em estudo da gramática, e isso acaba por gerar aversão ao idioma. A verdadeira gramática é viva e natural, não depende de ensino, permite variações linguísticas e evolução, evitando a morte da língua; ela é constituída pelo que incorporamos desde a nossa infância. (COSTA; ABREU, 2006, p.3)

Os alunos não compreendem a utilidade do estudo da gramática e o forte poder de manipulação que a mesma exerce perante uma sociedade cada vez mais dinâmica e exigente. A valorização da língua culta começa na escola e amplia-se para a sociedade. O estudo da língua transformou-se em sinônimo de estudo de gramática, e com isso os alunos passaram a moldar a sua linguagem a um sistema de regras que não explica e nem se aplica a todos os casos, pelo fato da língua evoluir. E essa mudança acontece pela necessidade da própria sociedade em evoluir linguisticamente.

Para Perini (2009), o educando deve ser orientado ao uso adequado da língua nas mais diversas manifestações linguísticas. Devemos esclarecer para nossos alunos que o modo como falamos não é errado e não interfere na escrita, desde que tenhamos consciência de como devemos nos comunicar nas diversas situações sociais. Por isso, nosso aluno deve ser conhecedor da maneira de como se comunicar. Assim, ele tornando-se capaz de reconhecer e libertar-se do estigma da inferioridade linguística.

A síndrome de inferioridade linguística é inculcada nos educandos por meio do reconhecimento da existência de uma linguagem “legítima” (a variedade padrão), e por meio da consequente internalização de convicções suas e ideias a respeito da língua que, tomadas como convicções suas e ideias suas, acabam convencendo-se da própria inferioridade linguística. (SIMKA, 2000, p. 57)

Uma forma de ensinar voltada para as regras gramaticais não pressupõe que a escolha das escolas foi apenas pela norma culta. Existem métodos de ensino que levam o aluno a deduzir e aprender o uso das normas sem,

contudo, precisar decorá-las e concluir que é forma única. O PCN de Língua Portuguesa traz em seu bojo a orientação de utilizar os gêneros textuais para aproximar a teoria da prática.

[...] as atividades de ensino de gramática que denominamos de “gramática reflexiva” também funcionam como estratégia para ensinar o aluno a pensar, a raciocinar, uma vez que sempre o levam a observar usos de recursos linguísticos e a perceber, organizar e explicitar o que regula sua utilização para produzir efeitos de sentidos em situações concretas de interação comunicativa. (TRAVAGLIA, 2007, p. 150)

Travaglia (2007) defende a gramática reflexiva, e a considera a mais evoluída. O escritor faz essa afirmação por considerar que essa gramática provoca no aluno uma curiosidade pelo uso daquele determinado recurso linguístico, relacionando-o a sua correspondente função gramatical. Essa gramática provoca no usuário da língua uma reflexão sobre as linguagens usadas pelos mesmos, refletidas e discutidas no texto. Dessa forma, o conhecimento adquirido nessa gramática dá ao aluno não somente uma escrita correta, segundo a norma padrão, como também torna-se possuidor de uma competência comunicativa maior. Essa ideia de ensino de gramática reflexiva completa-se com a teoria de Britto (2004), “[...] ensinar gramática seria pensar a língua tal como ela é exercitada e avaliada em sociedade”. A maneira como falamos e nos entendemos deve ser considerada como importantes, pois é a essência da nossa língua materna.

A falta de prática da teoria gramatical ou linguística reflete no aluno um indivíduo despreparado para a sociedade, um sujeito alheio às suas expectativas pois não aprendeu a ter desenvoltura tanto na escrita quanto na oralidade. E esta mesma sociedade reclamará e cobrará os prejuízos recebidos por esses jovens, de um ensino falho que destrói as suas esperanças quanto a um futuro promissor.

Diante desse contexto, pode-se pensar, então, numa junção das teorias dos gramáticos e linguistas, e a partir daí fazer uma revolução no ensino da Língua Portuguesa, levar praticidade para as aulas de Português através dos gêneros textuais, com a introdução da gramática reflexiva, a qual abordará uma concepção nova sobre o ensino de nossa língua.

GÊNEROS TEXTUAIS, LEITURA E A ESCRITA

As escolas brasileiras, no geral, aderem à utilização da gramática como ponto de partida para o ensino da Língua Portuguesa, mesmo não sendo o principal fundamento dos PCN. Houve uma confusão dos educadores na maneira de interpretar o mesmo, distorcendo o correto uso da gramática. Para Simka (2000),

A adoção da gramática normativa leva a outro extremo do processo, quando o educador se vê na tarefa de repassar minuciosamente todos os capítulos da respectiva teoria gramatical, colocando ênfase nas exceções, no raro, no exótico, transformando-se a aula de português numa sobrecarga de inutilidades. (SIMKA, 2000, p. 64)

De acordo com Costa e Abreu (2006), esse costume de sistematização da língua foi enraizado em nossa cultura através da civilização grega que influenciou todo o ocidente, e como consequência, a educação brasileira passou a valorizar mais a escrita do que a fala. “A Grécia foi a civilização mais importante da Antiguidade, influenciando de forma profunda a cultura ocidental. Nela surgiram o pensamento filosófico e o político, assim como os padrões estéticos de arte e beleza”. (COSTA; ABREU, 2006, p. 5)

Tanto a escrita quanto a oralidade têm sua importância e devem ser vistas de maneira equivalente, respeitando-se as particularidades de cada uma, já que, como explica Pimentel (2006), “[...] a fala é anterior à escrita. Todo ser humano, dentro das suas normalidades, tem a capacidade de falar. Já a escrita é

adquirida, não sendo, pois, de acesso a todos". Por essa afirmação, torna-se possível perceber a facilidade da comunicação oral quando interagimos com os nossos semelhantes e a dificuldade da produção escrita, precisando ser aprendida numa instituição formal.

Como não existe manual explicativo da fala, torna-se inapropriado o seu enquadramento nas mesmas regras da escrita. Cabível, é uma aprendizagem na qual o discente compreenda as diversas variedades linguísticas, que devem ser respeitadas.

[...] falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação. Portanto, é a intenção comunicativa que funda o uso da língua e não a morfologia ou a gramática. (MARCUSCHI, 2004, p. 9 *apud* PIMENTEL, 2006, p.6)

A escrita é ensinada na escola para que o aluno possa ter condição efetiva de participação social em ambientes que utilizem essa modalidade de língua. Atualmente, a educação privilegia o ensino das regras e não o entendimento do texto. O estudo da Língua Portuguesa está pautado em situações complexas que não correspondem ao ensino coerente que produz aprendizagem com qualidade, por exemplo a decoreba de regras.

[...] há três grandes problemas com o ensino de gramática realizado nas escolas: a colocação inadequada dos objetivos da disciplina (o desempenho linguístico dos alunos não melhora pela assimilação dos conteúdos gramaticais); o emprego de metodologia inadequada; e ausência de lógica no tratamento dado às definições apresentadas nas gramáticas escolares. (PERINI, 2000 *apud* KERSCH; FRANK, 2009, p.52)

O aluno, ao estudar Português com um professor que privilegie o ensino de gramática não consegue enxergar o verdadeiro sentido dessa disciplina e passa a não ver utilidade na língua. Ele não consegue aplicar a teoria à prática, uma vez que não foi ensinado o mesmo a construir o conhecimento, e sim a reproduzi-lo constantemente. Dessa forma, instala-se a insatisfação pela disciplina, não percebe o discente o valor de se aprender a escrever corretamente e falar com eloquência, e assim a ultrapassar barreiras preconceituosas criadas pela sociedade e pela escola, que enaltecem o domínio de tais habilidades, mas não fornecem meios de aperfeiçoá-las.

Todo esse processo justificando uma construção textual e desempenho linguístico satisfatórios, ou seja, falar e escrever bem estão intimamente ligados a questão das linguagens utilizadas por seus usuários. Podemos no dia a dia perceber o uso constante dos alunos de linguagem escrita espontânea, sem uso das regras gramaticais, bem como percebemos também o uso de linguagem falada coloquial ou informal. E quando são cobrados pela escola e pela sociedade para fazer uso de uma linguagem escrita e falada culta (norma culta) ou formal, surge a confusão perante as diferenças existentes nas manifestações linguísticas.

Em diferentes interações comunicativas é possível notar o desconhecimento do aluno ao uso da linguagem apropriada àquela situação. A maneira como comunica-se diariamente, fora do contexto escolar, é trazida para sala de aula e reproduzido em seus textos. Por sua vez, o professor como intermediador desse aprendizado deve diferenciar essas linguagens, valorar a todas, explicando o seu momento apropriado.

De acordo com Alves (2007), os alunos tendem a escrever da mesma maneira que falam, utilizam repetidamente em seus textos marcas de expressões da oralidade como, por exemplo, "e" e "aí", pois desconhecem o vocabulário formal do idioma, entre outras situações que demonstram informalidade da escrita. O comportamento de formalidade dependerá do contexto em que se encontram os falantes da língua, determinando a variante utilizada - formal ou informal. Saber diferenciá-las é fundamental para o aluno

adquirir habilidades de letramento e escrita, superando dessa forma, as dificuldades de empregá-las no seu dia a dia.

A linguagem formal deve obedecer à norma culta ou padrão da língua e é empregada quando a situação exige mais formalidade entre os falantes. A linguagem informal é despreocupada com as regras determinadas pela norma culta, permite o uso de gírias e expressões regionais e é empregada por falantes que estejam em uma situação de convívio familiar ou entre amigos. (PIMENTEL, 2006, p.10)

Um recurso ou estratégia de ensino, aplicável nesta disciplina, e de relevância para o ensino-aprendizagem promissor é a utilização da diversidade textual através de suportes variados, ou seja, é a aplicabilidade dos gêneros textuais. É esta a proposta de ensino de gramática, a qual orienta os PCN de Língua Portuguesa.

A eleição dos gêneros do discurso, tal como definido por Bakhtin – como sendo a cristalização de formas de dizer sócio-historicamente constituídas -, como objetos de ensino, pelo fato de esse conceito incluir aspectos da ordem da enunciação e do discurso, pode contemplar, de maneira mais satisfatória, o complexo processo de produção e compreensão de textos. (ROJO; BATISTA; 2003, p.152 *apud* ASSUMPÇÃO, 2008, p. 2851)

A possível maneira de fazer com que os alunos se interessem pelo ensino da língua e como usá-la deve pautar-se na motivação. E para que isso aconteça, o professor poderá propor atividades instigantes e problematizadoras, tirando-os da situação de mero espectador, passando a ser autores do próprio conhecimento. As estratégias de leitura e escrita são mecanismos utilizados pelo professor para fazer com que os alunos compreendam suas produções textuais e letramento. Segundo Assumpção (2008), “Levantar questões para desestabilizar os esquemas conceituais dos alunos, para provocar discussões, reflexões, análises e críticas constitui uma das estratégias promissoras do processo ensino-aprendizagem”. Quando o aluno vê-se na responsabilidade de desvendar aquele problema, precisará pesquisar, reavaliar seus conceitos e apresentar soluções para o questionamento, assim ele estará dando forma ao seu conhecimento, produto de sua criação.

Nesse processo de descobrimento, o discente quando for buscar a solução do problema precisará reescrever suas produções, orientado pelo professor, ler outros textos, fazer várias retomadas e trocas de textos, discutir as informações para compreender o tema proposto. E então, a partir de sua experiência e conhecimento prévio agregado a este novo saber será capaz de elaborar suas próprias considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio deste trabalho foi compreender o que acontece com o aluno que passa por um processo de escolarização básica, chega à Universidade e traz a ineficiência de leitura e da escrita. Não faz uso da gramática nos gêneros textuais consequentemente não sabe qual a função da Língua Portuguesa, apresentando uma escrita restrita e dificuldade até de expor as suas ideias.

O despreparo do aluno perante o ensino não é fato incontestável, ele deve ser analisado, discutido e finalmente propostas alternativas de solucionar o problema do letramento e da escrita dos estudantes brasileiros. Estudar a gramática através dos gêneros textuais é uma opção, pois tornará o ensino mais próximo da realidade dos discentes, trabalhando diversos textos em uma diversidade de gêneros (*email*, manchetes de jornal, cartas ao leitor, receitas, etc), atuais, principalmente para instigar a curiosidade e fazer com que construam o seu conhecimento.

Refletir sobre a gramática descobrindo a sua funcionalidade, usar recursos da oralidade e da escrita e saber diferenciar as linguagens e o momento ideal para usar cada uma delas, respeitando as variedades linguísticas. Essa intermediação deverá acontecer através do professor que apresentará ao aluno a importância de respeitar as linguagens e explicará em que momento pode ocorrer.

Edineide Santana Cardoso da Silva - Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe/profletras . Professora da Rede Estadual. Bolsista da Capes. edineide_santana@yahoo.com

Gilvan da Costa Santana - Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe/profletras. Professor do quadro efetivo do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Bolsista Capes. gilvancsantana@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

ALVES, Selmo. **Interfaces entre as linguagens oral e escrita:** uma questão variacional. [S.I.]: Para ler e Pensar, 2009. Não paginado.

Disponível em:

http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto/php?id_publicacao=6597.
Acesso em: 26 abr. 2012.

ASSUMPÇÃO, Solange Bonomo. **As práticas investigativas no processo de letramento de alunos do ensino superior.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA E SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 11; 1, 2006, Uberlândia. **Anais.** Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 2851-2860.

Disponível em:

http://www.filologia.org.br/ileel/dados_catalográficos.
Acesso em: 20 maio 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos:** ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

COSTA, Janyne Rossana Barbosa Feitosa; ABREU, Ricardo Nascimento. O profissional do Curso de Letras e a Manipulação do Imaginário Coletivo Acerca da Manutenção da Pureza da Língua Portuguesa. **Cadernos de Pós-Graduação**, v.4, n.4, jul/dez. 2006

KERSCH, Dorotea Frank; FRANK, Ingrid. **Aula de português:** percepções de alunos e professores. [S.I.]: Scribd, 2009. p.49–61. vol. 7.

Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/71420449/art 05 - dorotea>.
Acesso em: 19 mar. 2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. 2. Edição. Brasília: MEC/SEF,2000.

PERINI, Mário A. As duas línguas do Brasil – qual é mesmo a língua que falamos?
Sofrendo a Gramática. São Paulo: Ática, 2009. p. 31- 38.

PIMENTEL, Célia de Oliveira. **Oralidade na escrita. Erro?**

Castro, PR: [s.n.]. [2006?]
]. Não paginado. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivo/18-4.pdf>
.

Acesso em: 06 maio 2012.

SIMKA, Sérgio. **Ensino de Língua Portuguesa e dominação:** por que não se aprende Português. São Paulo: Musa Editora, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Para que ensinar teoria gramatical. **Gramática ensino plural.** São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 77-154.

Recebido em: 04/06/2014

Aprovado em: 04/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 1982-3657

Doi: